



## SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 639883 - RO (2021/0011429-6)

**RELATOR** : **MINISTRO SEBASTIÃO REIS JÚNIOR**  
**IMPETRANTE** : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE RONDÔNIA  
**ADVOGADOS** : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE RONDÔNIA  
JAIME LEÔNIDAS MIRANDA ALVES - AP004409  
**IMPETRADO** : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA  
**PACIENTE** : WEVERTON DA SILVA ANDRADE (PRESO)  
**INTERES.** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE RONDÔNIA

### DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de WEVERTON DA SILVA ANDRADE em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA (Apelação n. 0000041-84.2019.8.22.0010).

O paciente foi condenado à pena de 02 anos de reclusão em regime inicial aberto, como incurso no art. 14, *caput*, da Lei 10.826/2003, substituída por duas penas restritivas de direitos.

A impetrante sustenta que o paciente fora denunciado pela suposta prática do delito previsto no art. 16 da Lei 10.826/2003, contudo, restou condenado pelo crime do art. 14 da referida Lei, sem que tenha havido aditamento da denúncia pelo Ministério Público.

Aduz a nulidade absoluta da condenação uma vez que o réu se defende dos fatos narrados na inicial, e não houve aditamento da denúncia para incluir fato diverso.

Alega que "*Caso, finda a instrução processual, tenha entendido o juízo pela comprovação do tipo previsto no art. 14 da Lei 10.286/03, tendo em vista que a denúncia não o narra, deveria ter realizado o procedimento previsto no art. 384 do CPP – mutatio libelli – remetendo-se os autos para o Ministério Público para análise quanto ao cabimento de aditamento*" (e-STJ fl. 10).

Requer, liminarmente, a suspensão do processo criminal até o julgamento final deste *writ* e, no mérito, pugna pela concessão da ordem para anular a sentença condenatória.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito da impetração, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 18 de janeiro de 2021.

JORGE MUSSI  
Vice-Presidente, no exercício da Presidência